



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MINUTA DO CONTRATO DE PARTILHA DA 2ª RODADA DE LICITAÇÕES DOS VOLUMES EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA

Josie Quintella

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2021.

Roteiro

1 Premissas dos Aprimoramentos Contratuais

2 Objeto

3 Características Fundamentais

4 Principais Alterações

5 Consulta Pública

Aprimoramentos Contratuais

PREMISSAS

Cláusulas obrigatórias (artigos 27 a 32 da Lei nº 12.351/2010);

Aprendizado institucional da ANP, PPSA e MME na elaboração, fiscalização e gestão dos Contratos de Partilha de Produção;

Coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e de Contratos de Partilha de Produção;

Minuta de contrato elaborada a partir do contrato da Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa;

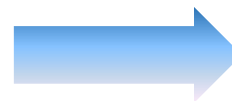
Incorporação de melhorias implementadas no Contrato de Concessão da 17ª Rodada de Licitações, no que couber.

CAMPOS

ATAPU

SÉPIA

PARÂMETROS TÉCNICOS E ECONÔMICOS
Resolução CNPE nº 05/2021



CRITÉRIOS DE CONTEÚDO
LOCAL SEMELHANTES

PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DA PETROBRAS
Resolução CNPE nº 09/2021



02 MINUTAS DE CONTRATO

- COM OPERAÇÃO DA PETROBRAS
- SEM OPERAÇÃO DA PETROBRAS

Características Fundamentais

VIGÊNCIA E EFICÁCIA

- Duração de 35 anos, com vigência e eficácia a partir de sua assinatura
- Celebração do Acordo de Coparticipação simultaneamente ao Contrato

FASE DE EXPLORAÇÃO

- Não há Fase de Exploração – Campos em produção

FASE DE PRODUÇÃO

- Início na data de assinatura do Contrato

CUSTOS E RISCOS

- Contratante, Gestora e ANP não assumirão quaisquer riscos ou perdas operacionais, nem tampouco arcarão com os custos e investimentos relacionados com a execução das Operações e suas consequências (à exceção da Recuperação como Custo em Óleo)

Características Fundamentais

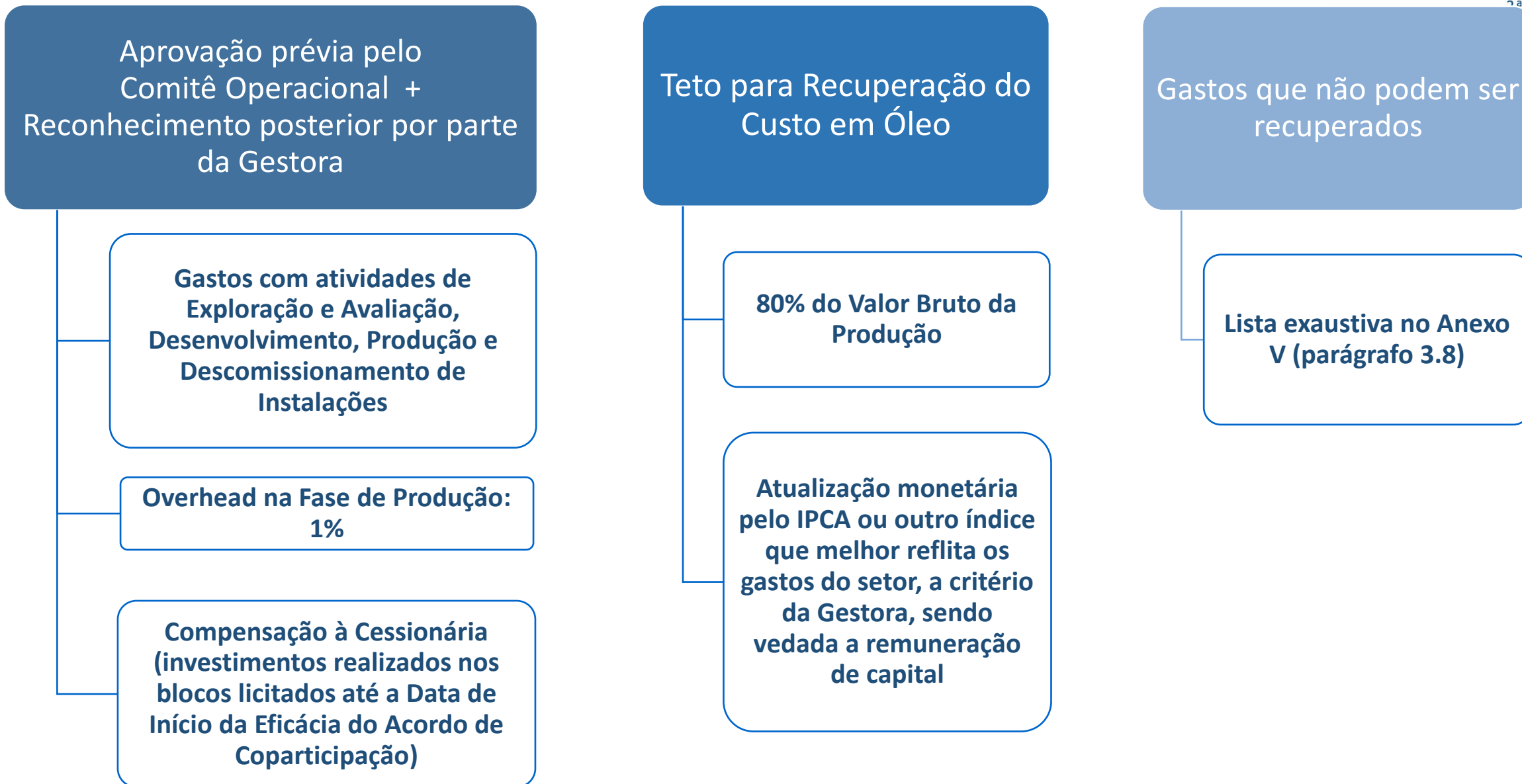
PROPRIEDADE DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL

- Apropriação originária do volume correspondente à parcela do Excedente em Óleo no Ponto de Medição, ressalvados os direitos da Cessionária no Contrato de Cessão Onerosa

OBRIGAÇÕES

- É responsabilidade exclusiva dos Contratados obter licenças, autorizações e permissões;
- Dados e informações devem ser entregues pelos Contratados à ANP e à Gestora;
- Envio de planos, programas e boletins nos prazos e periodicidade previstos no Contrato.

Recuperação como Custo em Óleo



Partilha do Excedente em Óleo

Excedente em Óleo

- Parcela da produção de petróleo e gás natural a ser repartida entre a União e o Contratado resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas ao custo em óleo e aos royalties devidos.

Participação da União no Excedente em Óleo

- Percentual mínimo a ser ofertado na licitação definido com base no preço do barril de petróleo Brent de US\$ 50,00 e na produção diária média de 14.500 barris por poço produtor ativo – 15,02% Sépia e 5,89% Atapu;
- Percentual de excedente em óleo para a União definido em função da oferta vencedora, segundo Tabela 17 do edital de licitações que constará no Anexo VI do Contrato de Partilha.

NATUREZA FORMAL

- Exclusão de dispositivos em duplicidade e já previstos na legislação aplicável;
- Correção de erros de digitação e eventuais erros materiais;
- Revisão de referências cruzadas.

REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS

- Diretrizes, autorização da licitação e aprovação de parâmetros técnicos e econômicos – Resolução CNPE nº 03 e 05/2021;
- Acordo de Coparticipação – Portaria MME nº 519/2021;
- Compensação à Petrobras – Resolução CNPE nº 03/2021 e Portaria MME nº 213/2019, alterada pela Portaria Normativa MME nº 08/2021.

Principais Alterações

Cláusula Primeira - DEFINIÇÕES

RESOLUÇÃO
ANP
nº 817/2020

- ➡ DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES – inclusão
- ➡ PROGRAMA DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES – substituição
- ➡ TESTE DE LONGA DURAÇÃO – substituição
- ➡ RELATÓRIO FINAL DE DESATIVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES – exclusão em razão da supressão de dispositivos contratuais que estão previstos na Resolução ANP nº 817/2020

RESOLUÇÃO
ANP
nº 17/2015

- ➡ ESCOAMENTO – exclusão
- ➡ SISTEMA DE COLETA DA PRODUÇÃO – inclusão
- ➡ SISTEMA DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO – inclusão

Principais Alterações

Cláusula Primeira - DEFINIÇÕES

PLANO DE
AVALIAÇÃO DE
DESCOBERTA



Exclusão devido a revisão da Resolução ANP nº 30/2014

LEGISLAÇÃO
APLICÁVEL



A legislação aplicável ao Contrato se restringe àquela que integra o ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

Principais Alterações

Cláusula Segunda

OBJETO

- Nova redação do parágrafo 2.5, esclarecendo que os prejuízos suportados pelo Contratado são decorrentes exclusivamente das Operações previstas no Contrato de Partilha, não se confundindo com as obrigações da Cessão Onerosa.

Cláusula Décima

FASE DE PRODUÇÃO

- Resolução ANP nº 817/2020 → alterações na seção 'Devolução da Área do Contrato' – remissão à legislação aplicável e supressão de parágrafos.
- Nova redação dos parágrafos 10.6 e 10.7, de modo a explicitar que a perspectiva de produção adicional após o término da vigência do Contrato e a necessidade de reversão de bens não dependem do Programa de Descomissionamento de Instalações.

Principais Alterações

Cláusula Décima Primeira

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

- Alteração para disciplinar a entrega do primeiro Plano de Desenvolvimento em linha com o disposto no Acordo de Coparticipação:

11.1. Os Consorciados deverão apresentar a primeira versão do Plano de Desenvolvimento da Jazida Coparticipada à ANP no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de início da vigência do Acordo de Coparticipação.

- Inclusão do parágrafo 11.1.1, que prevê a apresentação de revisão do Plano de Desenvolvimento na data de submissão de AIP ou de termo aditivo ao ACP.
- Exclusão das hipóteses de revisão e alteração do Plano de Desenvolvimento (parágrafo 11.8), previstas em regulamento próprio.
- No parágrafo 11.10, alterou-se a expressão “tratamento” para “processamento primário” com o objetivo de deixar a nomenclatura mais clara.

Principais Alterações

Cláusula Décima Segunda

DATA DE INÍCIO DA PRODUÇÃO E PROGRAMAS ANUAIS

- Novo prazo para entrega do primeiro PAP, de modo a viabilizar sua entrega após assinatura do Contrato e antes do BMP:

12.3. Os Consorciados deverão entregar à ANP o Programa Anual de Produção relativo ao ano civil em que a Produção tiver início **até o último dia do mês da Data de Início da Produção** nos termos da Legislação Aplicável.

- Inclusão do parágrafo 12.13 e seguintes, que disciplinam a entrega do primeiro Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção.

Cláusula Décima Sexta

DESCOBERTA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVO RESERVATÓRIO

- Inclusão do parágrafo 16.2.1 → Revisão da Resolução ANP nº 30/2014 (novas descobertas na Fase de Produção devem ser reportadas no PATO/FP):

16.2.1. Caso os Consorciados decidam proceder à Avaliação da Descoberta de Novo Reservatório, deverão apresentar as atividades de Avaliação no Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Produção, observando os procedimentos da Cláusula Décima Segunda.

Principais Alterações

Cláusula Décima Oitava

CONTROLE DAS OPERAÇÕES E ASSISTÊNCIA PELA ANP E PELA CONTRATANTE

- Substituição de 'Consorticiados' por 'Contratados' em parágrafos que disciplinam o livre acesso da Contratante e da ANP, estabelecendo que é obrigação dos Contratados o fornecimento de transporte, alimentação, EPIs e alojamento, bem como de informações solicitadas.
- O parágrafo 18.6 passou a definir que eventual assistência prestada pela Contratante e pela ANP é direcionada aos Contratados e não aos Consorticiados.

Principais Alterações

Cláusula Décima Nona

DADOS E INFORMAÇÕES

- Substituição de 'Consorticiados' por 'Contratados' nos parágrafos 19.1. e 19.1.2.
- Nova redação do parágrafo 19.3, para estabelecer a necessidade de prévia autorização da ANP para a remessa ao exterior somente de amostras de rochas e fluidos, tendo sido dispensada a autorização para a remessa de dados de geologia, geofísica e geoquímica. Substituição de 'Consorticiados' por 'Contratados':

19.3. Os Contratados poderão, mediante prévia e expressa autorização da ANP, remeter ao exterior amostras de rochas e fluidos, para fins de análises e outros estudos, nos termos da Legislação Aplicável.
- Exclusão dos parágrafos 19.3.1, 19.3.2 e 19.3.3 em razão da remissão à legislação aplicável no parágrafo 19.3.

Principais Alterações

Cláusula Vigésima

BENS

- Inclusão do parágrafo 20.2.1.2, que estabelece que a solicitação de autorização para o posicionamento ou a construção de instalações ou equipamentos em local externo à Área do Contrato deve conter a anuência de outros agentes possivelmente afetados.
- Exclusão dos parágrafos 20.4 e 20.4.1 em razão de previsão em regulamentos próprios.
- Nova redação dos parágrafos 20.6 e 20.7, alínea a, visando maior adequação ao processo de aprovação de garantias de descomissionamento:

20.6. A garantia deve ser apresentada pelo Contratado no montante suficiente para cobrir o custo previsto para o Descomissionamento de Instalações ou cobrir o valor calculado conforme Legislação Aplicável.

20.7. No caso de garantia apresentada por meio de fundo de provisionamento:

a) os Contratados deverão apresentar à ANP, a cada ano, documentação comprobatória dos aportes realizados, bem como informar o saldo atualizado do fundo.

Principais Alterações

Cláusula Vigésima

BENS

- Substituição de ‘Consorticiados’ por ‘Contratados’ no parágrafo 20.8 → é obrigação dos Contratados realizar as atividades necessárias ao Descomissionamento de Instalações.
- Nova redação do parágrafo 20.9.2:
20.9.2. Em relação aos bens cuja vida útil exceda a duração do Contrato, o Contratado deverá envidar seus melhores esforços para incluir, no contrato de aluguel, afretamento ou arrendamento celebrado após a assinatura deste Contrato, cláusula que permita sua cessão ou renovação com um futuro Contratado, com vistas a garantir a continuidade das Operações, conforme disposto no parágrafo 10.6.

Cláusula Vigésima Terceira

SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

- Substituição de ‘Consorticiados’ por ‘Contratados’, por entender que não há participação direta da PPSA na execução das atividades.
- Nova redação do parágrafo 23.10:
23.10. Os Contratados deverão dispor de um sistema de gestão de Responsabilidade Social e sustentabilidade aderente às Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e, no que for pertinente, seguir as diretrizes para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.

Principais Alterações

Cláusula Vigésima Sétima

CESSÃO DO CONTRATO

- Inclusão da alínea f no parágrafo 27.10, de modo a explicitar a necessidade de estabelecer eventuais atividades de Descomissionamento de Instalações previamente à Cessão do Contrato.

Cláusula Trigésima

CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR E CAUSAS SIMILARES

- A seção 'Licenciamento Ambiental' foi atualizada em linha com a versão mais recente presente nos Contratos de Concessão.

Principais Alterações

Cláusula Trigésima Primeira

CONFIDENCIALIDADE

- Exclusão da proibição de divulgação dos dados e informações de que trata o parágrafo 31.1 pelos Consorciados, eliminando a necessidade destes solicitarem o consentimento da ANP para sua divulgação, adequando o Contrato ao normativo vigente.

Anexo V

PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO CUSTO E DO EXCEDENTE EM ÓLEO

Exclusão do parágrafo 2.4, que previa o envio de informações acerca da comercialização de Gás Natural à Gestora.

Nova redação da alínea c do parágrafo 3.1, explicitando que os gastos relativos ao Sistema de Escoamento da Produção, incluso nas atividades de produção, compõem o Custo em Óleo.

Nova redação da alínea h do parágrafo 3.2, de modo a contemplar os casos em que não há necessidade de aprovação pelo Comitê Operacional:
“h) aquisição e manutenção de seguros ~~aprovados pelo Comitê Operacional;~~”

Anexo V

PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO CUSTO E DO EXCEDENTE EM ÓLEO

Nova redação da alínea m do parágrafo 3.2, a fim de permitir que os Operadores consigam recuperar adequadamente seus gastos com pessoal:

“m) pessoal diretamente relacionado às atividades elencadas no parágrafo 3.1, observado que:

m.1) tais gastos serão compostos exclusivamente pelas seguintes parcelas:

m.1.1) salários (entre eles: o de férias);

m.1.2) benefícios (entre eles: horas extras, adicionais - inclusive de férias -, comissões, gratificações - inclusive natalina -, bonificações, prêmios, remunerações variáveis, seguros - inclusive médico, de vida e saúde -, auxílios - inclusive de moradia e transporte);

m.1.3) encargos (entre eles: recolhimentos para o FGTS, contribuição previdenciária obrigatória e complementar, e tributos sobre a folha de pagamento); e

m.1.4) custos de apoio ao pessoal diretamente relacionado às atividades elencadas no parágrafo 3.1, desde que tais custos sejam facilmente identificáveis.”

Anexo V

PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO CUSTO E DO EXCEDENTE EM ÓLEO

Nova redação da alínea m do parágrafo 3.8, para evitar a falsa ideia de que o escoamento é gasto relacionado à comercialização ou ao transporte:

“m) comercialização ou Transporte de Petróleo e Gás Natural, ~~excluídos os relacionados ao Escoamento da Produção;~~”.

Exclusão do parágrafo 6.2.2, que estabelece a periodicidade mínima para a realização da Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo.

Anexo VIII

REGRAS DO CONSÓRCIO

Modificações decorrentes da exclusão do Plano de Avaliação de Descoberta para avaliação de descobertas na Fase de Produção, em consonância com a revisão da Resolução ANP nº 30/2014:

- ✓ Exclusão da deliberação 'Plano de Avaliação de Descoberta e suas revisões' - Tabela de Competências e Deliberações;
- ✓ Decisão D3 para a deliberação 'Aquisição de dados geológicos e geofísicos' - Tabela de Competências e Deliberações;
- ✓ Exclusão dos parágrafos 1.27, 3.8 a 3.11.

Modificações decorrentes da exclusão das Autorizações de Dispêndios do rol de matérias sujeitas à aprovação da Gestora:

- ✓ Decisão D4 para a deliberação 'Autorização de Dispêndios' - Tabela de Competências e Deliberações;
- ✓ Inclusão do parágrafo 3.30.1, que estabelece o envio de cópias das Autorizações de Dispêndios à Gestora no prazo de 7 dias contados da aprovação pelo Comitê Operacional.

Anexo VIII

REGRAS DO CONSÓRCIO

Nova redação da alínea p do parágrafo 2.2, que estabelece como obrigação do Operador:

“p) realizar a gestão dos projetos de Exploração e Produção relacionados ao Contrato através de metodologia compatível com as melhores práticas de gerenciamento de projetos na Indústria do Petróleo, as previsões do Contrato e a Legislação Aplicável.”

Exclusão do parágrafo 2.7, uma vez que o regime de responsabilidade a ser estabelecido entre os Contratados é cláusula típica de JOA.

Nova redação do parágrafo 3.14, de modo a compatibilizar o prazo de apresentação do Programa de Descomissionamento de Instalações aos demais Consorciados com os prazos de apresentação e aprovação estabelecidos na Resolução ANP nº 817/2020.

Anexo VIII

REGRAS DO CONSÓRCIO

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- ✓ 3.19. **Procedimento B:** O Operador deverá contratar o fornecedor de bens e serviços junto ao contratante melhor capacitado segundo critérios de custo e qualidade, **vedado o parcelamento para a aquisição de um mesmo bem ou serviço**, devendo o Comitê Operacional ser informado da contratação **em até 30 (trinta) dias**.
- ✓ Novos limites de valores para a determinação do procedimento ordinário:

Tipo de Operação	Procedimento A	Procedimento B	Procedimento C
Exploração e Avaliação	Até US\$ 500 mil	Acima de US\$ 500 mil até US\$ 5 milhões	Acima de US\$ 5 milhões
Desenvolvimento	Até US\$ 1 milhão	Acima de US\$ 1 milhão até US\$ 10 milhões	Acima de US\$ 10 milhões
Produção	Até US\$ 500 mil	Acima de US\$ 500 mil até US\$ 5 milhões	Acima de US\$ 5 milhões

7 Agentes

412 Contribuições Recebidas



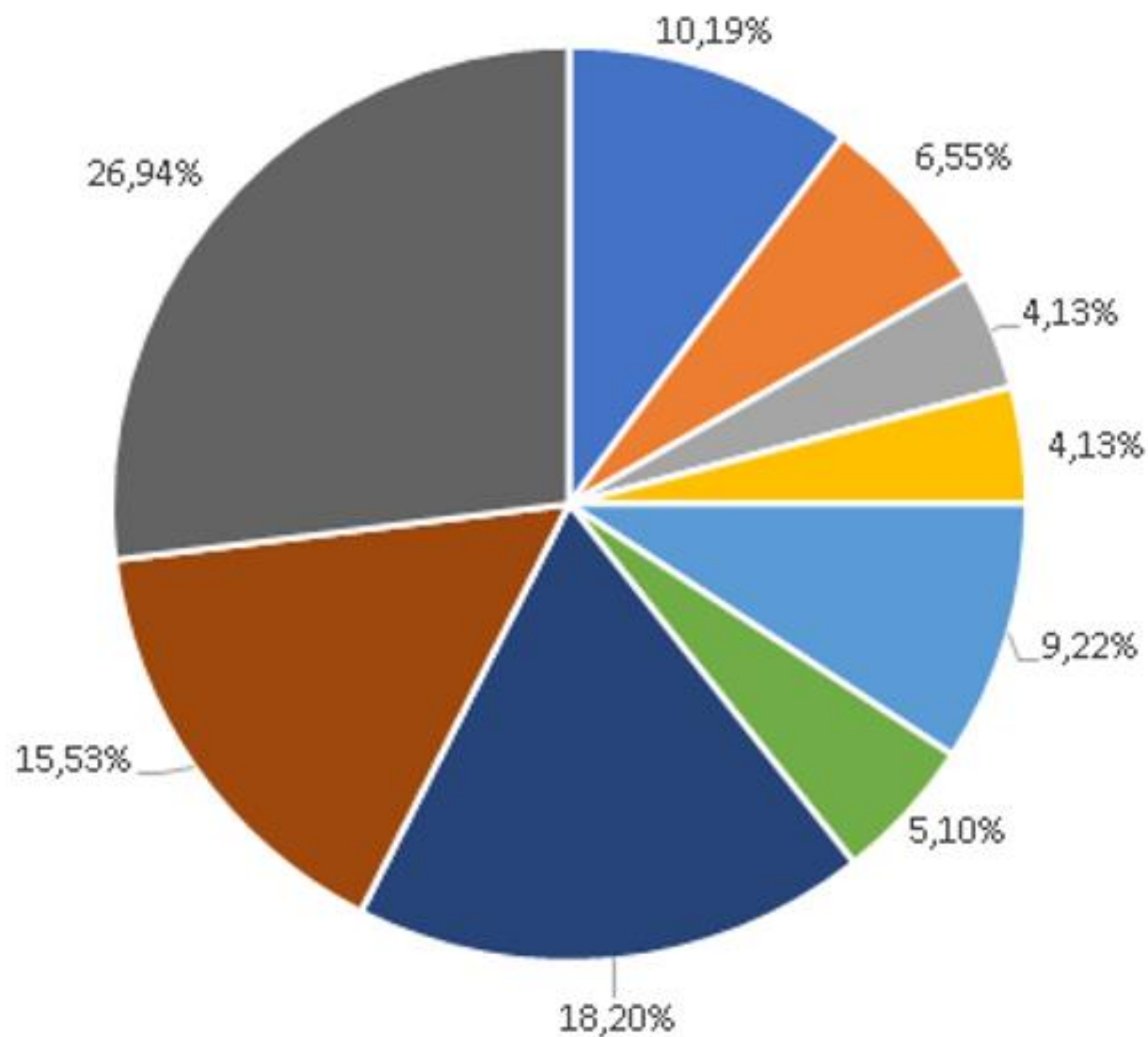
ExxonMobil



Petrogal Brasil S.A.



Consulta Pública



- Disposições Básicas
- Recuperação como Custo em Óleo
- Plano de Desenvolvimento
- Bens
- Conteúdo Local
- Regime Jurídico
- Anexo V - Procedimentos para Apuração do Custo e do Excedente em Óleo
- Anexo VIII - Regras do Consórcio
- Outros

OBRIGADA!



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



<http://rodadas.anp.gov.br>

rodadas@anp.gov.br